



Universidade de Brasília

Instituto de Ciências humanas

Departamento de Filosofia

Rafaela Caroline de Oliveira

O colapso das democracias

Brasília

2013

Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de Filosofia

Rafaela Caroline de Oliveira

O colapso das democracias

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Departamento de Filosofia como exigência final para a obtenção do título de Bacharel em Filosofia.

Orientador: Cláudio Araújo Reis.

Brasília

2013

Rafaela Caroline de Oliveira

O COLAPSO DAS DEMOCRACIAS

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Departamento de Filosofia como exigência final para a obtenção do título de Bacharel em Filosofia.

BANCA EXAMINADORA

Drº Cláudio Araújo Reis – UNB

Drº Gilberto Tedéia - UNB

"O mundo contemporâneo não conseguiu secar as fontes que alimentam a crítica"

Gilles Lipovetsky

SUMÁRIO

Abstract.....	6
Prefácio.....	7
Primeiro Capítulo	
A democracia e o desafio posto pelo individualismo contemporâneo; interesse pelo pensamento toquevilliano.....	8
Segundo Capítulo	
As transformações do individualismo contemporâneo.....	15
Esvaziamento da esfera pública.....	24
Conclusão.....	27
Referências.....	29

ABSTRACT: "*Todos são iguais perante a lei*" (art 5º, caput). O colapso das democracias.

No limiar entre a liberdade e a igualdade políticas, o individualismo contemporâneo, em seu culto à liberdade, é responsável pelo esvaziamento da *res publica* e inchaço da esfera privada. Instituições como "*a maioria*", "*a república*" e "*o povo*" concentram-se agora em um único paradigma: "*o indivíduo*". A igualdade dos modernos (igualdade formal) fomentou, ela própria, ao fim e ao cabo, um contínuo estreitamento de visões de mundo. A partir dos horizontes da igualdade preparou-se o terreno da liberdade política segundo a necessidade de personalização e reconhecimento, qual seja, num movimento idiossincrático de autoafirmação em oposição à extrema igualdade. A onda individualista rompe, então, com o privilégio à igualdade e, através de lutas intestinas, instaura o primado do indivíduo livre, autônomo, senhor absoluto de si mesmo. O regime democrático declina, pois, suas instituições quando, face ao neindividualismo, investe em liberdade política, que, ao extremo, transfere do público para o privado a dinâmica do poder. Porém, uma vez esvaziada a *res publica*, sequer pode-se pensar em Política.

Na contramão da despolitização oriunda do paradigma individualista, em seus diferentes matizes, o presente trabalho propõe-se à análise da morte do homo democraticus (e nascimento do homo psychologicus) e a uma busca não exaustiva pela adequada política de Estado.

Palavras-chave: poder; política; democracia; liberdade; igualdade; neindividualismo; público; privado.

PREFÁCIO

"Já faz tempo que a sociedade de consumo se exhibe sob o signo do excesso"¹. "A escalada paroxística do 'sempre mais' se imiscui em todas as esferas do conjunto coletivo. Até os comportamentos individuais são pegos na engrenagem do extremo, do que são prova o frenesi consumista [...]"². "Como resultado da internalização do modelo do homo economicus que persegue a maximização de seus ganhos na maioria das esferas da vida (escola, sexualidade, procriação, religião, política, sindicalismo) [...]"³, "eleva-se uma segunda modernidade, desregulamentadora e globalizada, sem contrários, absolutamente moderna, alicerçando-se essencialmente em três axiomas constitutivos da própria modernidade anterior: o mercado, a eficiência técnica, o indivíduo. Tínhamos uma modernidade limitada; agora, é chegado o tempo da modernidade consumada"⁴.

"Nasce uma nova sociedade moderna. Trata-se não mais de sair do mundo da tradição para aceder à racionalidade moderna, e sim de modernizar a própria modernidade"⁵, uma espiral hiperbólica.

"Hipercapitalismo, hiperindivíduo, hiperclasse, hiperpotência, hiperterrorismo, hiperindividualismo, hipermercado, hipertexto - o que mas não é hiper? O que mais não expõe uma modernidade elevada à potência superlativa? Ao clima de epílogo segue-se uma sensação de fuga para adiante, de modernização desenfreada"⁶

¹ Lipovetsky, 2004, 54 p.

² *Idem*, 55 p.

³ *Idem*, 56 p.

⁴ *Idem*, 54 p.

⁵ *Idem*, 56 p.

⁶ *Idem*, 53 p.

Primeiro Capítulo

A democracia e o desafio posto pelo individualismo contemporâneo; interesse pelo pensamento toqueviliano.

Em introdução ao presente trabalho, aludo, retrospectivamente, a Alexis de Tocqueville, profeta político da democracia americana, que anunciou, de maneira pormenorizada, o horizonte político da democracia.

Alexis de Tocqueville é arauto da filosofia social e política contemporânea, farol que foi, com suas contribuições, aos teóricos da hipermodernidade⁷, não prevalecendo, entretanto, para a posteridade, o método historiográfico.

Para Tocqueville, "o fato particular e dominante que singulariza os tempos democráticos é a igualdade de condições. A paixão principal que agita os homens nesses tempos é o amor a essa igualdade"⁸.

A seus olhos, a democracia consiste na igualização de condições. Democrática é a sociedade onde não subsistem distinções de ordens e de classes; em que todos os indivíduos que compõem a coletividade são socialmente iguais, o que não significa que sejam intelectualmente iguais, o que é absurdo, ou economicamente iguais, o que, para Tocqueville, é impossível. A igualdade social significa a inexistência de diferenças hereditárias de condições; quer dizer que todas as ocupações, todas as profissões, dignidades e honrarias são acessíveis a todos. Estão portanto implicadas na ideia da democracia a igualdade social e, também, a tendência para a uniformidade dos modos e dos níveis de vida⁹.

⁷ modernidade elevada à potência superlativa.

⁸ Tocqueville, *A democracia na América*, 114 p.

⁹ Aron, 1982, 209 p.

Em resposta à era aristocrática, os povos democráticos conquistaram a igualdade de condições, como consequência do fim do direito divino e de linhagem para a fruição de direitos. Apegam-se à igualdade como garantia do fim da sociedade estamental. A lei é o único critério de distinção entre os cidadãos, ao conferir direitos, e, sem distinção de outra natureza entre os indivíduos, o espírito legalista substitui a aristocracia.

A aspiração do regime democrático, segundo Tocqueville, é promover e garantir o acesso de toda e qualquer pessoa às mesmas condições. Todos são contemplados na mesma hierarquia social.

Como consequência da igualização e nivelamento democráticos, os indivíduos, não raro, possuem as mesmas necessidades, os mesmos hábitos, seguem os mesmos gostos, dedicam-se aos mesmos prazeres, leem os mesmos livros, falam a mesma linguagem, ingressam nas mesmas profissões, encontram-se nos mesmos lugares, vivem da mesma maneira e buscam a riqueza pelos mesmos meios.

O amor à igualdade a permite imiscuir-se nas opiniões, nos usos, nas leis, penetrar nos hábitos, apossar-se dos costumes e dar um toque particular às menores ações da vida motivados pelo prazer em viver iguais. Os encantos da igualdade são sentidos a todo instante e estão ao alcance de todos¹⁰. O gosto em viver iguais, motivado por uma multidão de pequenos prazeres, nivela os indivíduos e os uniformiza, no desabono a qualquer tipo de desigualdade.

A premissa da igualdade social introduz o individualismo. O amor a essa mesma igualdade conduz à ideia do individualismo na medida em que, como nenhum homem difere de fato de seu semelhante, pouca influência exercem uns sobre os outros e acostumam-se a identificarem-se isoladamente.

¹⁰ Tocqueville, *A democracia na América*, 115-116 p.

Para Tocqueville, uma sociedade democrática é uma sociedade individualista, onde cada um tende a se isolar dos outros, com sua família¹¹.

... à medida que as condições de igualam, encontramos um número maior de indivíduos que, apesar de não serem ricos, nem poderosos o bastante para exercer uma grande influência sobre a sorte de seus semelhantes, adquiriram ou conservaram luzes e bens suficientes para poderem se manter por si sós. Não devem nada a ninguém, não esperam, por assim dizer, nada de ninguém; acostumaram-se a se considerar sempre isoladamente, imaginam de bom grado que seu destino inteiro está em suas mãos¹².

O conceito de “individualismo”, tal como desenvolvido por Tocqueville, é uma das ideias centrais da segunda parte de *“A democracia na América”* e uma das contribuições mais importantes da análise tocquevilliana da democracia. “Individualismo” não deve ser confundido com “egoísmo”, lembra Tocqueville. O egoísmo, no sentido moral, é um exagero do amor de si, ou seja, da tendência natural de cada um a preferir a si mesmo. O individualismo, por sua vez, tem um caráter social e afeta a natureza do cidadão, calando as “virtudes públicas”. Especialmente, diz Tocqueville, enquanto o egoísmo é um vício tão antigo quanto a humanidade, o individualismo é um problema de origem especificamente democrática, na medida em que se desenvolve proporcionalmente à equalização das condições.

É importante entender que a análise tocquevilliana do individualismo não tem um sentido moral (ou moralista). Não se trata de uma condenação moral do egoísmo, mas de uma reflexão sociológica com alcance político. Individualismo implica, para Tocqueville, uma espécie de isolamento e de indiferença: tende ao mesmo tempo a enfraquecer o

¹¹ Aron, 1982, 238 p.

¹² Tocqueville, *A democracia na América*, 121 p.

civismo e a fortalecer o “gosto pelo gozo material”, ou seja, esvazia a política e infla as preocupações econômicas.

A paixão pela igualdade, enfim, isola os homens, sugere Tocqueville. "Vejo uma multidão de homens semelhantes e iguais que giram, sem repouso, em torno de si mesmos para conseguir pequenos e vulgares prazeres com que enchem sua alma. Cada um deles, retirado à parte, é como que alheio ao destino de todos os outros [...]"¹³.

Isolados e entregues *de per si* a sua própria sorte, pela igualdade de condições, são mutuamente indiferentes. Desaparecem os sentimentos de empatia para com o próximo. A semelhança conduz à indiferença pela ausência de vínculos e os cidadãos tornam-se desnecessários uns aos outros.

Essa situação, típica das sociedades democráticas, carrega uma ameaça, diz Tocqueville. A sociedade democrática, em comparação com a rigidez hierárquica das sociedades aristocráticas, se caracteriza por uma certa pulverização. Para muitos críticos conservadores, essa pulverização é o primeiro passo em direção à anarquia, vista em geral como o grande mal que ameaça a democracia. Um dos pontos interessantes da análise tocquevilliana foi, justamente, o de mostrar que esse perigo da anarquia é o menor dos perigos que rondam a democracia. O individualismo democrático prepara o caminho para um despotismo de tipo totalmente novo, um despotismo “suave”, diz Tocqueville, bem diferente de dois outros fenômenos, também associados à democratização e igualmente considerados por ele, que são “a tirania da maioria” (que John Stuart Mill já havia sinalizado anteriormente como um risco das sociedades democráticas) e o tipo de “cesarismo” que, na França, ficaria associado com os dois Napoleões – o que encerrou a Revolução Francesa e o que, mais tarde, encerraria a segunda tentativa de instaurar em França uma república. O despotismo dos tempos democráticos é tanto mais perigoso porque é “suave”, decorrente do impulso em direção à centralização administrativa, reforçada pelo conformismo próprio do individualismo.

¹³ Tocqueville, *A democracia na América*, 389 p.

A dispersão conduz à servidão e ao despotismo do governo central, centralizado como está o poder nas mãos de um só soberano: o Estado. O povo acostuma-se a ser regido por um governo forte e o naturaliza, segundo Tocqueville.

A indiferença mútua oriunda da extrema generalização delega a outrem o vínculo entre os indivíduos. A necessidade de coesão social leva os povos democráticos a habilitarem uma instância superior que os governe, constituída para cuidar dos negócios cuja execução dependeria da união da massa dos cidadãos.

O relacionamento entre os indivíduos é sujeito a um poder central que seja responsável pela condução dos negócios do Estado uma vez que indivíduos centrados em si mesmos, reflexo da impotência coletiva, têm pouco interesse pela vida política.

A sujeição da ordem, da administração do governo e do relacionamento mútuo a outrem que não a massa dos indivíduos centraliza todo o poder nas mãos do Estado e indivíduos apáticos sujeitam-se a ele para a fruição de suas vidas sem a necessidade de engajamento político.

A centralização administrativa é, pois, a tendência das sociedades democráticas. O Estado é contribuinte do nivelamento entre os cidadãos, pois, a partir do isolamento e da indiferença mútua, advém a falta de ingerência nos negócios públicos, o que confere poder ao Estado e garante sua soberania sobre um povo em estado de servidão e menoridade política.

O que chama a atenção nas sociedades democráticas, diz Tocqueville, é a compatibilidade dessa centralização com a ideia mesma de soberania popular. Os povos democráticos querem ao mesmo tempo ser conduzidos e manter a sua liberdade. A solução de compromisso representada pela ideia de um governo tutelar eleito pelo povo combina esse dois desejos. Tocqueville reconhece que uma constituição desse tipo é preferível a outras, que concentram a autoridade nas mãos de um soberano irresponsável, mas faz ver que, cedo ou tarde, os cidadãos democráticos, sob influência do

individualismo, vão perder a capacidade de exercer mesmo esse único privilégio que lhes resta, que é eleger seu próprio governo.

Em suma, reduzir a liberdade política ao privilégio de eleger os governantes é insuficiente – é, na verdade, um dos passos em direção ao novo despotismo democrático.

Mas, neste sentido, que espécie de governo livre pode se estabelecer num povo em que as condições são iguais? Governo livre, eleito por servos? A liberdade política, reduzida em seu alcance, a longo prazo, reintroduz o despotismo. Transforma os homens em dócil rebanho que só vive para a segurança e a dissipação. A democracia recai no despotismo.

De fato, é difícil conceber como homens que renunciaram inteiramente ao hábito de se dirigir a si mesmo poderiam ter êxito em escolher bem os que devem conduzi-los; e não dá para acreditar que um governo liberal, enérgico e sábio possa sair um dia dos sufrágios de um povo de servidores¹⁴.

Os vícios dos governantes e a imbecilidade dos governados não tardariam a provocar sua ruína; e o povo, cansado de seus representantes, criaria instituições mais livres ou voltaria a se deitar aos pés de um só amo¹⁵.

Como resposta, Tocqueville sugere que se deve investir em instituições cada vez mais livres, que incentivem o civismo, isto é, que se amplie o investimento em liberdade política.

Um povo livre, constituído não por servos, mas onde todos querem representação e reconhecimento político, investiria, então, em instituições cada vez mais livres.

¹⁴ Tocqueville, *A democracia na América*, 392 p.

¹⁵ *Idem*, 393 p.

A reflexão sociológica e política de Tocqueville sobre as sociedades democráticas inspirou uma série de análises contemporâneas, que, a partir do diagnóstico tocquevilliano do individualismo como uma espécie de patologia própria das sociedades democráticas, propõem uma leitura dos impasses das sociedades contemporâneas. Em várias dessas análises, o conceito de narcisismo aparece de forma importante, configurando, assim, o novo estágio do individualismo.

Segundo Capítulo

As transformações do individualismo contemporâneo.

Há séculos as sociedades modernas inventaram a ideologia do indivíduo livre, autônomo e semelhante aos demais. Paralelamente, ou com inevitáveis assincronias históricas, estabeleceu-se uma economia livre baseada no empreendedor independente e no mercado, do mesmo modo que os regimes políticos democráticos. Desse modo, na vida cotidiana, o modo de vida, a sexualidade, o individualismo até data recente viu-se barrado em sua expansão por pesadas armaduras ideológicas, instituições, costumes ainda tradicionais ou disciplinares-autoritários. É essa última fronteira que está se desvanecendo diante dos nossos olhos com uma rapidez extraordinária. O processo de personalização, impulsionado pela aceleração das técnicas, pela administração, pelo consumismo de massa, pela mídia, pelo desenvolvimento da ideologia individualista e pelo psicologismo, leva ao ponto culminante o reinado do indivíduo, explode as últimas barreiras. A sociedade pós-moderna ou, em outras palavras, a sociedade que generaliza o processo de personalização em ruptura com a organização moderna disciplinar-coercitiva realiza, de certa maneira, no próprio cotidiano e por meio de novas estratégias, o ideal moderno da autonomia individual, mesmo sendo ela, à evidência, de um teor inédito¹⁶.

A generalização democrática introduziu a demanda por uma cultura centrada na expansão subjetiva, como reação aos processos de neutralidade asfixiantes da igualdade social, onde a apreensão da alteridade desaparece em benefício de um regime identitário entre os seres.

A alteridade, constringida em sua essência pelo processo identitário do regime democrático, foi neutralizada, em atenção à premissa da igualdade de condições, e, assim,

¹⁶ Lipovetsky, 2005, 8 p.

encarcerrada nas cadeias da similitude, encontrou na explosão PSI¹⁷ a oportunidade de, através de processos psicológicos (autoabsorção, autoafirmação, personalização e o autoconhecimento), retornar ao palco social.

A dificuldade democrática é superada no PSI. A deserção do reino da igualdade é possível pelo processo de personalização. A lógica da personalização é incompatível com a sedimentação. A psicologização do espaço público põe limites à extratificação, acentua a alteridade e reintroduz a premissa do respeito às diferenças.

O privilégio à livre escolha, centrado no inchaço dos serviços e da oferta (psicologizada, diversificada, sob medida, *self-service*, *à la carte*...), pranteado pela intensa psicologização do espaço público, retém nessa gama de possibilidades a condição *sine qua non* da liberdade individual e retribui uma sociedade plural, que, rompendo com as barreiras da homogeneidade e da indução uniforme, através da liberdade combinatória de escolhas e possibilidades (disponíveis e articuladas por desejos), esbanja autenticidade e espontaneidade, perfaz a multiformidade em contraposição à uniformidade indutiva da modernidade, consuma a pluralidade. O fato mesmo do pluralismo, há muito profetizado em ideologias políticas, porém inédito e jamais visto ou percebido pelo *homo democraticus*.

[...] a degradação da democracia é consequência da ausência de compromisso com o bem público ou falta de consciência cívica que grassa entre os cidadãos. Ausência de civismo é justamente o que Tocqueville chama de vício, na medida em que este corrói o tecido social e político do Estado democrático. Sua análise denuncia o consequente esvaziamento da política [...]¹⁸.

O narcisismo, pois, como novo estágio do individualismo contemporâneo, é agente num processo de personalização que permite ao indivíduo absorver-se em si mesmo e reduzir a

¹⁷ nova onda psicológica, sensibilidade terapêutica, *self examination*.

¹⁸ Reis, 2006, 120 p.

sociedade aos limites do próprio ego.

Dá-se o reino da personalidade, a era intimista, em que os esforços dirigem-se todos para a revelação de si para si mesmo, independentemente dos papéis sociais, num teatro íntimo, discreto, não mais no teatro social. Tudo deve ser psicologizado, dito na primeira pessoa. A sociedade é toda medida pelo metro da psicologia.

Banalizado o vínculo entre os cidadãos, a autoconsciência substitui a consciência de classe e a consciência narcízica substitui a consciência política porque o Eu, isolado e fraco, perde o ânimo político. O medo, a frustração e a insegurança dominam o indivíduo contemporâneo, a deserção político-social o enfraquece. O isolamento social é contribuinte da desmobilização social. A vontade, as revoluções e grandes intempéries desaparecem na maré de apatia e a capacidade de mobilização esmorece.

O narcisismo configura o ápice da fragmentação social, serve ao propósito de um processo intermitente de busca por si mesmo e, portanto, de isolamento, dessubstancialização e libertação dos referenciais de verdade convencionados sobre si, numa desconstrução destinada a digerir os conteúdos rígidos de que se constitui a identidade própria para encontrá-la em verdade, despida, portanto, de substâncias socialmente constituídas determinantes da personalidade. A operação básica do processo de personalização: autoabsorver-se para autoconhecer-se através do esvaziamento de conteúdos rígidos do Eu, a busca da verdade sobre si mesmo.

A sensibilidade terapêutica ou reciclagem PSI (terapias, *self examination*, análises, *gestalt*), é operador num processo intermitente de personalização: a reconquista da verdade do Eu, a verdade psicológica, o desdobramento da intimidade, uma nova consciência esvaziada de amarras sociais, intradeterminada desta vez.

"Expurgando do Eu as resistências e os estereótipos, o narcisismo torna possível [...] instituir um espírito sujeito à *formação permanente*, e coopera para a grande obra de gestão científica dos corpos e das almas"¹⁹

¹⁹ Lipovetsky, 2005, 40 p.

O hiperinvestimento do Eu é o extemo do individualismo, onde tudo se reduz a uma sociedade fechada: o Eu consigo mesmo.

A sedução, emancipada do agulhão moderno de teatralidade, materialização ideológica e promiscuidade, é agora, perante às sociedades democráticas contemporâneas, o princípio social regulador de um processo contínuo e sistemático de personalização. Centrada, para tanto, no inchaço dos serviços e da oferta (psicologizada, diversificada, sob medida, *self-service, à la carte...*), retém nessa gama de escolhas a condição *sine qua non* da liberdade individual. A autosedução é, portanto, critério para a composição dos elementos da existência, segundo a satisfação (necessidades e pseudonecessidades).

Trata-se do indivíduo puro, psicológico, que, ao autoseduzir-se, banaliza as relações, a extrodeterminação, escapa à grande sociedade reinventando seus próprios referenciais, reduz a dependência com relação ao Outro independentemente dos respectivos imperativos e aprofundando a diferença e a singularidade.

Banalizado o vínculo entre os indivíduos, o narcisismo é promotor de uma crescente atomização social. A indiferença mútua é acentuada pelo hiperinvestimento de si. Pouca influência os indivíduos exercem uns sobre os outros concentrados que estão em sua própria intimidade.

O *homo psychologicus* quer autodesenvolver-se independentemente dos critérios do Outro. Os indivíduos são indiferentes à sorte uns dos outros a partir de dentro, qual seja, no esforço em construir sua própria personalidade, intradeterminada por um hiperinvestimento.

O narcisismo reintroduz, assim, a igualdade de condições. Não há, desta vez, a imposição de uma igualdade social que, por natureza, já conduziria a uma indiferença mútua, mas, de outra forma, a premissa da igualdade é retomada pela dessacralização do Outro, que, esvaziado em toda a sua espessura pelo processo de personalização das singularidades individuais, não é mais hostil nem concorrente, é igual, indiferente.

A igualdade dá-se aqui a partir da consciência personalizada que dessacralizou

referenciais externos e, não estando sob sua influência, é indiferente. Trata-se de uma igualdade de condições consciente. Ela não deriva da imposição do regime, do sucateamento das diferenças individuais, ao contrário, ela parte da consciência que se personalizou e reconhece o mesmo direito às outras consciências, pelo que a indiferença aqui não advém da sedimentação igualitária, mas do reconhecimento do direito de autoafirmação a todos os indivíduos.

Sistemas personalizados fazem da autenticidade um valor social. A civilidade é abalada quando os indivíduos libertam-se de seus papéis sociais. A autoabsorção narcisista digere os conteúdos rígidos do eu e esta liberação em busca da verdade psicológica reduz a dependência com relação aos outros enfraquecendo o sentimento cívico.

A explosão PSI, com a revelação da verdade sobre si e a intemperança dessa respectiva manifestação no contexto social, faz do intimismo um sentimento tirânico e incivilizado. Papéis sociais são necessários para a civilidade, pelo que sua dissolução torna os relacionamentos associais.

"A sociabilidade exige barreiras, regras impessoais, que são a única coisa capaz de proteger os indivíduos uns dos outros; onde, ao contrário, reina a obscenidade da intimidade, a comunidade viva se despedaça e as relações humanas se tornam 'destruidoras'"²⁰. "O uso de máscaras é a própria essência da civilidade... Quanto mais houver máscaras, mais a mentalidade urbana reviverá, assim como o amor à urbanidade"²¹.

Acontece que sistemas personalizados sugerem a condenação moral da impessoalidade e, abolindo as regras e costumes em busca de uma verdade pessoal servem ao propósito individualista de estimular a dispersão. A relação está destruída, conseqüentemente, o

²⁰ Lipovetsky, 2005, 46 p.

²¹ *Idem.*

narcisismo perfaz uma adaptação social ao isolamento social e se dedica a ajustar a personalidade à atomização sorrateira engendrada pelos sistemas personalizados.

A fragmentação social é consequência da cultura psicomórfica do reino da personalidade. O esgarçamento do atributo da impessoalidade (no que concerne à sua normatividade) enfraquece a vida social e, paralelamente, o interesse pela esfera pública. O intimismo generaliza a indiferença, qual *zumbis*: "Eu indiferente, de vontade enfraquecida"²².

Com o desgaste da solidez dos vínculos sociais e o isolamento entre os seres, o individualismo do mundo atual cria a vulnerabilidade, "a sociedade hiperconsumista produz insegurança e alta dose de fragilidade psicológica"²³.

"Curiosamente, esta sociedade hiperindividualista apresenta certos traços comuns com o isolamento característico das sociedades despóticas, pois o despotismo tende a isolar os homens uns dos outros"²⁴. Alguns afirmam um irrevogável retorno das trevas do despotismo.

Dado o alto grau de fragmentação social, isolamento e indiferença, a sociedade democrática contemporânea tende à centralização e comporta o risco de uma gestão pela administração pública do conjunto das atividades sociais. Não trata-se aqui de um despotismo que degenera no despotismo de um só homem, mas do despotismo que vem da tendência à centralização, um despotismo suave, administrativo.

"Parece que, se o despotismo viesse se estabelecer entre as nações democráticas de nossos dias, teria outras características: seria mais extenso e mais doce, e degradaria os homens sem os atormentar"²⁵.

²² Lipovetsky, 2005, 38 p.

²³ Lipovetsky, 2007, 61 p.

²⁴ Aron, 1982, 238 p.

²⁵ Tocqueville, *A democracia na América*, 388 p.

A democracia tende a realizar a igualdade crescente de condições, a uniformidade das maneiras de viver, com vistas ao bem estar material do maior número, mas também a concentrar cada vez mais a administração na cúpula, a reforçar indefinidamente os poderes da gestão administrativa, descrita aqui como a "doce tirania do Estado superprotetor"²⁶. A concentração dos poderes e a servidão individual aumentarão, pois, nas nações democráticas.

O poder público é reconhecido como o instrumento supremo da unidade e da coesão social, a instância produtiva do bem público e dos laços sociais.

A liberdade política das sociedades democráticas não elimina, *de per si*, o risco de uma sociedade despótica, pois criar uma representação nacional num país muito centralizado é diminuir o mal que a extrema centralização pode produzir, mas não é destruí-lo. "Nesse sistema, os cidadãos saem um momento da dependência para indicar seu senhor e voltam a entrar nela"²⁷.

"A liberdade política que tem o admirável poder de criar relações necessárias e laços mútuos de dependência entre todos os cidadãos e estimular o civismo, nem por isso os iguala"²⁸, existe ainda um soberano, um déspota, o povo, na figura do Estado superprotetor.

A liberdade política só pode ser efetiva se se puser fim ao processo de centralização e de uniformização administrativa, o que é impossível num regime democrático. E daí o descrédito com relação à democracia parlamentar, ao individualismo, daí o brocardo: "Eleições, arapuca das consciências".

E, por isso, "Muita gente na França considera a igualdade de condições um primeiro mal, e a liberdade política, um segundo. Quando são obrigados a suportar uma, esforçam-se ao

²⁶ Lipovetsky, 2007, 62 p.

²⁷ Tocqueville, *A democracia na América*, 391 p.

²⁸ Aron, 1982, 225 p.

menos para escapar da outra"²⁹.

Portanto, como conciliar democracia e liberdade? "Em que condições uma sociedade onde o destino dos indivíduos tende a ser uniforme pode evitar o despotismo?"³⁰.

A liberdade precisa ser salvaguardada numa sociedade democrática. "Não bastam as instituições da liberdade, quais sejam, eleições, partidos, parlamento, é preciso também que os homens tenham um certo gosto pela independência, um certo sentido de resistência ao poder, para que a liberdade possa ser autêntica"³¹.

"Para salvaguardar a liberdade em uma sociedade democrática é preciso que os homens tenham o sentido e o gosto pela liberdade"³². Mesmo o desejo por associações livres deve ser personalizado, através da moldagem das instituições de acordo com as aspirações dos indivíduos. Certas instituições livres podem impedir a inclinação ao despotismo da sociedade democrática hiperindividualista, essas instituições são associações livremente criadas pela iniciativa dos indivíduos, que podem e devem interpor-se entre o indivíduo solitário (ausência de civismo) e o estado todo-poderoso.

Trata-se da nova incursão individualista, a "segunda revolução individualista", avessa à sensibilidade política da época democrática e aspirante à sensibilidade terapêutica (psicologizada, da reciclagem da saúde, do corpo e do PSI) de um individualismo *à la carte*, psicológico, que substitui o individualismo disciplinar e militante, heróico e moralizador.

O processo de personalização, a transformação pós-moderna do indivíduo, tipifica, então, na fase pós-moderna da socialização, um novo tipo de controle social. O individualismo hedonista, fundamentado na sedução e no PSI, é a tônica da nova ideologia

²⁹ Tocqueville, *A democracia na América*, 129 p.

³⁰ Aron, 1982, 211 p.

³¹ *Idem*, 229 p.

³² *Idem*.

individualista, que, antes uma profecia, quer agora consumir-se.

A segunda revolução individualista é aquela que concretizou, na vida cotidiana, o ideal liberal do governo de si mesmo, o fato mesmo do pluralismo, jamais visto ou percebido pelo homo democraticus, mas apenas pelo homo psychologicus, que, através do caleidoscópio pós-moderno, alcançou a consumação da autonomia individual.

É dizer, um "salto adiante da lógica individualista: o direito à liberdade - teoricamente ilimitado, mas até então circunscrito à economia, à política, à cultura - ganha os costumes e o cotidiano [...]"³³.

"O direito de ser absolutamente si mesmo, de aproveitar a vida ao máximo é, certamente, inseparável de uma sociedade que instituiu o indivíduo livre como valor principal e não é mais do que a manifestação definitiva da ideologia individualista [...]"³⁴.

³³ Lipovetsky, 2005, prefácio, XVIII

³⁴ *Idem.*

Esvaziamento da esfera pública.

O fenômeno social crucial não é mais o pertencimento e o antagonismo de classes, mas sim a disseminação do social. As questões cruciais que concernem à vida pública estão sujeitas a uma indiferença e a *res publica* se desvitaliza porque foi destituída de seu papel de galvanizar as energias. O indivíduo está voltado para sua intimidade.

"O narcisismo coincide com o processo tendencial que leva os indivíduos a reduzir a carga emocional investida no espaço público ou nas esferas transcendentais e, correlativamente, a aumentar as prioridades da esfera privada. O narcisismo é indissociável dessa tendência histórica da transferência emocional... Poderes cada vez mais penetrantes, benevolentes, invisíveis e indivíduos cada vez mais atentos a si mesmos, "fracos", senão instáveis ou sem convicção, a profecia de Tocqueville se realiza no narcisismo pós-moderno"³⁵.

A cidadania hipermoderna é alheia, desengajada. A resposta psicológica, o desenvolvimento da própria personalidade, adveio do radical desinteresse pela esfera pública.

O hiperindividualismo (aumento da liberdade individual e da impotência coletiva) transfere a dinâmica do poder para fora da política e, desprovidas de poder, as participações públicas são inócuas.

A precariedade do diálogo entre o público e o privado e a escassez de possíveis lugares de convívio (manifestações, reuniões em praças públicas...), retira o peso político das decisões sociais. As portas da sociabilidade se fecham quando da união dos cidadãos não resulta força política. É o fim da *polis*. O corpo coletivo está destruído. O poder público é simbólico, causas individuais dificilmente traduzem-se em questões comuns e a socialização vira tabu.

³⁵ Lipovetsky, 2005, prefácio XXII

Esvaziada a *res publica* e com ela a socialização, os agentes políticos estão desprovidos da envergadura da agenda pública que, então, encerra um teor utópico e de idealidade longínqua, porém, tais qualidades apenas revelam o déficit social.

Preocupar-se com questões sociais não se engendra nas vicissitudes do mercado, das pseudonecessidades, estão fora da agenda.

E, desorganizados os meios públicos de ação, uma consciência de classe regenera-se como autoconsciência no privilégio da esfera privada sobre esforços de coletividade.

Deste modo, a autoconsciência substituiu a consciência de classe, a consciência narcisística tomou o lugar da consciência política...³⁶. Em resposta, predominam demandas do tipo **PSI** (self examination, sensibilidade terapêutica), como em Gilles Lipovetsky.

Sem referências exteriores, *feedbacks*, sem pesos e contrapesos, no inchaço da esfera privada, o referencial de verdade passa a ser também confeccionado segundo a conveniência e a socialização vira tabu.

O papel público e a motivação comunitária buscam, então, maneiras de encaixar-se na agenda do indivíduo contemporâneo, Narciso, bastante preocupado com si mesmo para lhe conferir um lugar.

Uma tendência marcante do nosso tempo é a crescente separação entre poder e política: o verdadeiro poder, capaz de determinar a extensão das opções práticas, flui e, graças à sua mobilidade, cada vez menos restringida, tornou-se virtualmente global, ou melhor, extraterritorial³⁷.

³⁶ Lipovetsky, 2005, 36 p.

³⁷ Bauman, 2000, 80 p.

A política é inócua quando os meios de ação, sejam eles, as atividades da *polis*, perdem sua justificação. "O aspecto mais notável da política contemporânea [...] é a sua insignificância"³⁸. A apatia política advém de uma premente insignificância política, pelas vias públicas, exclusivamente, os fins são débeis ou tardios ao passo que o inchaço do poder privado, na era do efêmero, projeta fins esperados em tempo real (os fins justificam os meios), enquanto que o contrário, com a esfera pública, não acontece.

Trazer o poder de volta para o espaço público é a esperança.

³⁸ Bauman, 2000, 12 p.

CONCLUSÃO

O presente trabalho propôs-se, na análise do individualismo contemporâneo, a um meio termo, seja esse termo, a transição pós-moderna, segundo o pensamento de Tocqueville, o profeta dos vícios e perigos da democracia e de Gilles Lipovetsky, teórico do declínio democrático e da despolitização.

A extrema igualdade democrática anseia por liberdade, como reação à excessiva generalização, a onda psicológica desenvolveu-se em resposta aos processos de homogeneização³⁹. Assim, nas pausas da democracia, mas sob sua sombra, levantou-se seu inimigo que, ao extremo, acaba por esvaziá-la, no radical desinteresse pela esfera pública.

A motivação eminentemente política da nova onda psicológica enquanto reação ao regime democrático, conduz, no seu apogeu, ao extremo sufocamento de qualquer que seja a nova aspiração política. Perdidos em si mesmos, os indivíduos não se conhecem, tampouco se reconhecem e, num contínuo processo de esvaziamento da esfera pública, perde sentido a força política.

O presente trabalho objetivou teorizar o abalo decisivo na capacidade da ideologia liberal de continuar seu papel histórico. Os liberais sempre asseveraram que o Estado liberal - reformista, legalista e um tanto libertário - era o único que podia garantir a liberdade, porém, a impotência do poder público no contexto de uma nação que nutre enormes expectativas com relação ao Estado (o regime democrático), implica, hoje, um mal-estar generalizado.

As grandes organizações políticas e os sistemas ideológicos esvaziam-se de sua

³⁹ "o gosto e a ideia da liberdade só começaram a nascer e a se desenvolver no momento em que as condições começavam a se igualar e como consequência dessa igualdade mesma" (Tocqueville, A democracia na América, segunda parte, capítulo I). "... a igualdade limpou o terreno e permitiu o surgimento da questão do Eu..." (Lipovetsky, 2005, 41 p.).

substância. A dessacralização da esfera política, no colapso das democracias liberais e dos grandes ideais, responde pelo progresso da decepção.

O declínio da era de ouro da política, na incapacidade da democracia de fornecer uma resposta adequada para a felicidade, coincide com uma busca mais pragmática de fazer coexistir o público e o privado.

Novos sistemas de pensamento são cogitados para preencher a era do vazio. O liberalismo declina. Entra-se na corrida em busca da política, apesar do ceticismo. A nova política deverá contemplar o indivíduo e todo o corpo social.

REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Ed Marins Fontes; Brasília: Ed. UNB, 1982.

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política** (*In search of politics. Cambridge. Polity Press*). Traduzido por Marcus Penchel. Jorge Zahar (Editor). Rio de Janeiro, 2000.

FLOCKINGER, Hans-Georg. **Marx e Hegel: o porão de uma filosofia social**. L&PM e CNPq (Editores). Porto Alegre, 1986.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Edições Graal. Rio de Janeiro, 2011.

LIPOVETSKY, Gilles. **A era do vazio. Ensaio sobre o individualismo contemporâneo** (*L'ère du vide. Essais sur l'individualisme contemporain. Copyright, Éditions Gallirnard, 1993*). Traduzido por Therezinha Monteiro Deutsch. Manole (Editor). Barueri, São Paulo, 2005.

_____. **A sociedade da decepção** (*La société de déception. Copyright, Éditions Gallirnard*). Manole (Editor). Barueri, São Paulo, 2007.

_____. **O crepúsculo do dever: a ética indolor dos novos tempos democráticos** (*Le crépuscule du Devoir. Copyright, Éditions Gallirnard, 1992*). Traduzido por Fátima Gaspar e Carlos Gaspar. Publicações Dom Quixote. Lisboa, 1994.

_____. **Os tempos hipermodernos** (*Les temps hypermodernes*. Copyright 2004, Éditions Grasset&Fasquelle). Traduzido por Mário Vilela. Barcarolla (Editora). São Paulo, 2004.

POLITO, A. **Evolução histórica dos conceitos da Física**, mimeo.

REIS, Helena Esser dos. **A liberdade do cidadão: uma análise do pensamento ético-político de Alexis de Tocqueville**. Tese de doutorado: USP, 2002.

_____. **Virtudes e vícios da democracia**. UFG/UCG, 2006.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**; Martins Fontes (Editora), São Paulo, 2005.